



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

EDUARDA RABELO DE OLIVEIRA

**MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL: UM ESTUDO DA EVOLUÇÃO  
OCUPACIONAL DURANTE AS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI**

RIO DE JANEIRO

2022

EDUARDA RABELO DE OLIVEIRA

**MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL: UM ESTUDO DA EVOLUÇÃO  
OCUPACIONAL DURANTE AS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência para obtenção do título de Bacharela em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Dr. Iderley Colombini Neto

RIO DE JANEIRO

2022

## CIP - Catalogação na Publicação

O48m      Oliveira, Eduarda Rabelo de  
Mundo do Trabalho no Brasil: um estudo da  
evolução ocupacional nas duas primeiras décadas do  
Século XXI / Eduarda Rabelo de Oliveira. -- Rio de  
Janeiro, 2022.  
49 f.

Orientador: Iderley Colombini.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto  
de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2022.

1. Mundo do Trabalho. 2. Sociedade de Serviços.  
3. Precarização. 4. Exército de Reserva. 5. Mão-de  
obra. I. Colombini, Iderley, orient. II. Título.

EDUARDA RABELO DE OLIVEIRA

MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL: UM ESTUDO DA EVOLUÇÃO OCUPACIONAL  
DURANTE AS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
Instituto de Economia da Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do  
título de Bacharela em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2022.

---

IDERLEY COLOMBINI NETO - Presidente

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

---

VALÉRIA LÚCIA PERO

Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

---

HELENA MARROIG BARRETO

Mestra em Economia pela UFRJ

A minha Mãe Rosane e a minha Avó Claudia,  
Com muito carinho,  
dedico de coração este meu trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar agradecendo a toda a minha família, pela admiração e apoio em todos os momentos da minha vida. Em especial, agradeço a minha Mãe pela presença amiga, pelos cuidados a mim dedicados e, sobretudo, pelo amor incondicional. Agradeço também de coração aos meus Avós que sempre estiveram presentes em minha vida, com muito amor, apoio e amizade.

Ao meu Orientador, Idy, agradeço imensamente por nosso trabalho desenvolvido com muita parceria, paciência e meu constante aprendizado, muito obrigada de coração! A meus Professores e todos os integrantes do IE o reconhecimento pela experiência e conhecimento recebidos durante o curso, e que vieram a compor o meu aprendizado, por isto, o meu agradecimento. Tenho muito orgulho de ter feito parte de uma das maiores e melhores Universidades da América Latina.

Sou muito grata a todos os meus amigos que me acompanham e continuarão me acompanhando em todas as fases da minha vida, considero que este é um dos meus maiores privilégios, pois reconheço o quão raras são conexões tão fortes nesse mundo tão líquido. Muito obrigada!

Por fim, gostaria de agradecer especialmente a minha avó, Claudia, por todos os ensinamentos e, sobretudo, pelo exemplo de fé e gratidão pela vida. Foi ela quem me mostrou a existência de Deus e sempre trabalhou para construir um terreno fértil para que a presença Dele pudesse nascer no coração de cada membro da nossa família. Obrigada!

*“Enquanto houver na terra ignorância e miséria, não  
serão os livros como este, de certo, inúteis”.*

*– Victor Hugo*

## **RESUMO**

Este trabalho desenvolve uma análise da evolução da composição ocupacional no Brasil durante as duas primeiras décadas do século XXI, focando no Setor Terciário da economia. A ênfase é a atual Sociedade de Serviços, cuja transição ocorreu de forma antecipada e com o encerramento incompleto da sociedade urbana e industrial brasileira. Também se considera as principais amarras estruturais do mercado de trabalho brasileiro, com o predomínio das classes dominantes na gerência da economia e do posicionamento dos negros e das camadas menos abastadas da população brasileira às margens da sociedade, responsáveis pela formação de um amplo exército de reserva no Brasil. Além disso, agora no contexto do capitalismo contemporâneo, com a evolução das tecnologias houve também a constituição de novas formas de trabalho, responsáveis por criar um perfil híbrido do exército de reserva. O resultado de tudo isso é o inchamento do Setor Terciário da Economia Brasileira, que ver-se-á que ocorreu com especialização em postos de trabalho de mais baixas produtividades.

**Palavras-chave:** Mundo do Trabalho; Sociedade de Serviços; Precarização, Exército de Reserva.



## ABSTRACT

This paper develops an analysis of the evolution of the occupational composition in Brazil during the first two decades of the 21st century, focusing on the Tertiary Sector of the economy. The emphasis is on the current Service Society in Brazil, whose transition took place early and with the incomplete closure of urban and industrial society. The main structural constraints of the Brazilian labor market are also considered, with the predominance of the dominant classes in the management of the economy and the positioning of blacks and the poor of the Brazilian population on the margins of society, responsible for the formation of a large reserve army. In addition, in the context of contemporary capitalism, with the evolution of technologies there was also the constitution of new forms of work, responsible for creating a hybrid profile of the reserve army. The result is the swelling of the Tertiary Sector of the Brazilian Economy, which will be seen to have occurred with specialization in jobs of lower productivity.

**Keywords:** World of Work; Tertiary Sector; Precariousness, Reserve Army.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico
- II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento
- PEA – População Economicamente Ativa
- PIB – Produto Interno Bruto
- VTI – Valor de Transformação Industrial

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>10</b> |
| <b>1. CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL.....</b>                                | <b>12</b> |
| 1.1 Disposições Gerais.....   | 12        |
| 1.2 A Trajetória do Trabalho no Brasil.....   | 13        |
| 1.2.1 Colonização: a Propriedade Senhorial e o Patrimônio de Escravos .....                     | 13        |
| 1.2.2 Abolição e a transição para o Trabalho Livre.....   | 16        |
| 1.2.3 O Século XX: Consolidação do Mercado de Trabalho Nacional e a Urbanização Brasileira..... | 19        |
| 1.2.3.1 “Nacionalização” do Mercado de Trabalho.....  | 19        |
| 1.2.3.2 A Industrialização e Urbanização Brasileira.....  | 22        |
| 1.3 Disposições Finais .....  | 23        |
| <b>2. A SOCIEDADE DE SERVIÇOS .....</b>   | <b>25</b> |
| 2.1 O debate acerca da desindustrialização brasileira.....                                      | 25        |
| 2.2 A sociedade de serviços e a precarização do trabalho .....                                  | 32        |
| 2.2.1 A precarização do trabalho no Brasil.....   | 33        |
| 2.2.2 O papel dos serviços na precarização do trabalho .....                                    | 34        |
| 2.2.3 O exército de reserva no contexto da precarização.....                                    | 35        |
| 2.3 Disposições Finais .....  | 38        |
| <b>3. TENDÊNCIAS ESTRUTURAIS DA SOCIEDADE DE SERVIÇOS BRASILEIRA .</b>                          | <b>39</b> |
| 3.1 A multitude do setor de serviços.....   | 39        |
| 3.2 O setor de serviço e o ‘novo trabalho precarizado’ no Brasil.....                           | 42        |
| 3.3 Disposições finais .....  | 44        |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>  | <b>45</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>47</b> |

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história e na atual conjuntura, o trabalho e suas relações vêm sofrendo mudanças significativas, decorrentes, em grande parte, de transformações que afetam a economia e o modo da produção, sejam elas nas esferas tecnológicas, organizacionais, estruturais e/ou conjunturais.

O presente trabalho busca desenvolver uma análise da evolução da composição ocupacional no Brasil durante as duas primeiras décadas do século XXI, destrinchando as especificidades do mundo do trabalho do período para, por fim, entender as mais recentes tendências estruturais do mercado de trabalho brasileiro.

O Objeto de Estudo se refere à mão de obra brasileira e suas especificidades. Quanto ao Objetivo Geral, buscar-se-á analisar a evolução da mão de obra no Brasil durante as primeiras décadas do século XXI. Com relação aos Objetivos Específicos, estes tratarão de identificar as tendências estruturais do mercado de trabalho brasileiro, assim como, verificar se a evolução da composição ocupacional brasileira foi no sentido de precarização das condições de trabalho no Brasil.

Para o desenvolvimento desta temática, problematizou-se a questão com o seguinte teor:

- Dado contexto de diversas transformações no mundo do trabalho com a recente transição para a Sociedade de Serviços, torna-se relevante responder a seguinte pergunta: as mudanças de composição ocupacional no Brasil durante as duas primeiras décadas do século XXI foram no sentido de precarização do trabalho?

A Hipótese apresentada como resposta ao questionamento foi a seguinte:

- Ao longo da história e na atual conjuntura, o trabalho e as relações de trabalho vêm sofrendo mudanças significativas decorrentes, em grande parte, de transformações que afetam a economia e o modo da produção, sejam elas nas esferas tecnológicas, organizacionais, estruturais e conjunturais.

A transição para a ‘Sociedade de Serviços’, se faz em decorrência do sistema neoliberal, com o contexto de globalização e a precoce desindustrialização brasileira, que, simultaneamente, teriam sido responsáveis pela migração desgovernada e incompleta para o setor terciário da economia.

Tendo como base o fato recente de elevações simultâneas entre informalidade do trabalho e a desigualdade de rendimentos, assim como a observação das consequências, a hipótese é que houve uma precarização, nas duas primeiras décadas do século XXI, não só do trabalho, mas das próprias condições sociais no Brasil.

O estudo iniciar-se-á com uma introdução histórica do mundo do trabalho brasileiro, desde a sua formação, ainda que incipiente, durante a Sociedade Agrária perpassando pela urbanização e industrialização brasileira do Estado Desenvolvimentista.

Além disso, será alvo de discussão o debate da precoce desindustrialização brasileira, como catalizadora da migração para a Sociedade de Serviços a partir de 1990, responsável por provocar a lacuna de postos de trabalho que fomentou o inchaço do setor terciário da economia, em contexto de globalização e ascensão do neoliberalismo. Também será discutida a precarização do trabalho no Brasil, nesse contexto da precoce Sociedade de Serviços e com o advento das plataformas digitais e a novas formas de trabalho do capitalismo contemporâneo.

Por fim, serão analisados dados comparativos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre os setores da economia brasileira, no que se diz respeito à população ocupada e sua participação relativa e à produtividade por hora trabalhada e seu aumento ou decréscimo ao longo do tempo, com o objetivo de verificar as contemporâneas tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil.

# 1. CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL

## 1.1 Disposições Gerais

Abordar o contexto histórico do mundo do trabalho, envolve, certamente, lançar um olhar sobre a evolução histórica de um processo complexo, que em verdade envolve questões políticas, econômicas e sociais.

No Brasil, historicamente, podem ser divididos em três os principais períodos de intensas transformações do mundo do trabalho, com características distintas, porém complementares e articulados entre si: (i) a Sociedade Agrária; (ii) a Sociedade Urbana e Industrial; e (iii) a Sociedade de Serviços. Neste capítulo, o foco da análise será as duas primeiras temporalidades.

A primeira foi a longa duração de uma sociedade agrária e escravocrata, cuja transição para o modo de produção capitalista deu-se de forma tardia, quando comparado a outros países, e dispersa regionalmente. Havia três componentes sociais distintos: 1. Negros Africanos, excluídos à princípio do mercado de trabalho, devido à política de branqueamento instaurada no final do século XIX; 2. Imigrantes Brancos, principal mão-de-obra para a formação do mercado de trabalho brasileiro; e 3. Negros Libertos e/ou Mestiços, que tinha acesso apenas às ocupações residuais.

Durante essa primeira fase, a regulação do trabalho tinha seus esforços voltados para o estabelecimento da disciplina patronal para o exercício laboral do emprego regular da mão-de-obra, cuja condição e remuneração era quase análoga à servidão.

A despeito da emergência do Estado liberal na República Velha (1889-1930), mínima em termos de ação possível no interior do mercado e trabalho em formação, destaca-se legislação voltada à repressão e imposição de penalidade para as situações consideradas de vadiagem e vagabundagem. Uma diversidade de leis associadas à locação de serviço orientou a imposição da disciplina laboral (coaçoão ao trabalho em qualquer ocupação de caráter regular) para garantir a transformação dos indivíduos (ex escravo, imigrante estrangeiro e trabalhador livre nacional) em proletários disponíveis à demanda do capital. (POCHMANN, 2019, p. 91)

A transição para a segunda temporalidade, a sociedade urbana e industrial, teve seu impulso com a Revolução de 1930. A ascensão do Estado Desenvolvimentista deixou para trás gargalos estruturais do Estado Liberal da República Velha, focalizando na consolidação e expansão do mercado interno para promover o desenvolvimento nacional. Em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a regulamentação do trabalho no Brasil torna-se uma realidade no meio urbano. Isso porque a alta resistência do patronato rural não permitiu a

regulação das relações do campo por parte do Estado. Foi somente em 1960, quando a população urbana já tinha ultrapassado a rural, que as relações trabalhistas rurais passam a ser incorporadas ao sistema nacional de regulação do trabalho.

Durante o período de urbanização e industrialização no Brasil o mundo do trabalho sofreu profundas transformações advindas do movimento de regulação do mercado nacional de trabalho. Dados comparativos de 1940 e 1980 mostram impactos positivos no período, com a redução da taxa de precarização e a expansão da taxa de assalariamento. “Mas isso não significou ausência da precarização e outros males do subdesenvolvimento, como o baixo rendimento, a informalidade e a ampla presença das ocupações não assalariadas, cuja taxa de precarização (soma das ocupações de assalariamento informal, conta própria e sem remuneração em relação ao total da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada) reduziu-se significativamente no período de tempo considerado (de 85% para 45% da PEA)”. (POCHMANN, 2019, p. 92)

O emprego assalariado formalizado, contudo, cresceu consideravelmente de 1940 para 1980, saindo de menos de 13% para 51% do total das ocupações no Brasil. Isso evidencia, portanto, a importância da legislação social e trabalhista para a estruturação do mundo do trabalho.

Nas próximas seções será traçado um panorama histórico sobre o mundo do trabalho no Brasil, com ênfase nas características da mão-de-obra brasileira. O foco é a longa duração, ressaltando a partir de alguns cortes temporais as principais transformações e a dialética entre ruptura e continuidade presente em cada período. Sob esse prisma, será possível articular uma narrativa sobre a mão de obra no Brasil evocando-se, em síntese, o longo período que vai da colônia até o final do processo de industrialização.

## **1.2 A Trajetória do Trabalho no Brasil**

### **1.2.1 Colonização: a Propriedade Senhorial e o Patrimônio de Escravos**

A descoberta da América sem dúvidas proporcionou à Europa vastos territórios para o cultivo de gêneros tropicais e produtos, como o açúcar, que, até o século XV, eram considerados bens de luxo. As condições climáticas dos trópicos, que antes eram vistas como um empecilho ao povoamento por parte dos Europeus, acostumados com zonas temperadas, passaram a ser um forte estímulo, ao passo que descobriram que tais condições proporcionariam o cultivo de gêneros que lá eram escassos.

Essa disposição de ocupação pelo povo europeu, contudo, não vinha acompanhada de uma disposição de gastar a energia com seu trabalho físico e, dessa forma, as intenções eram muito mais de gerência da produção dos gêneros de grande valor comercial. Dificilmente viriam para os trópicos como trabalhadores da colônia e esse é um aspecto importante para entender a constituição da estrutura colonial.

O início da ocupação efetiva e da colonização do Brasil deu-se através de um regime de posse que se perpetua até os dias de hoje: o latifúndio. Nos dizeres de Prado Junior:

O regime de posse da terra foi o da propriedade alodial e plena. Entre os poderes dos donatários das capitanias estava (...) o de disporem das terras, que se distribuíram entre os colonos. As doações foram em regra muito grandes, medindo-se os lotes por muitas léguas. O que é compreensível: sobravam as terras, e as ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários. (PRADO JUNIOR, 1990, p. 27)

Ainda Segundo Prado Junior,

Além disso, e sobretudo por isso, há um fator material que determina este tipo de propriedade fundiária. A cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações. Já para desbravar convenientemente o terreno (tarefa custosa neste meio tropical e virgem tão hostil ao homem) tornava-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores; não era empresa para pequenos proprietários isolados. Isto feito, a plantação, a colheita e o transporte do produto até os engenhos onde se preparava o açúcar, só se tornava rendoso quando realizado em grandes volumes. Nestas condições, o pequeno produtor não podia subsistir. São, sobretudo, estas circunstâncias que determinarão o tipo de exploração agrária adotada no Brasil: a grande propriedade. (PRADO JUNIOR, 1990, p. 27)

A colonização dos trópicos e, portanto, a brasileira, teve um forte caráter mercantil, em que se constituiu uma vasta empresa comercial e objetivava a produção de gêneros de grande valor comercial. A essência da nossa formação, então, vem do fornecimento de açúcar, tabaco, ouro, diamante, algodão, e, por fim, café para o comércio europeu.

Em suma, a colônia brasileira constitui-se em uma organização puramente produtora e mercantil, marcada pela vinda do branco europeu como dirigente da empresa comercial. Os negros africanos e índios entrarão nessa lógica do capital comercial como mão-de-obra escrava. Supõe-se, portanto, que foi através do trabalho africano e indígena que se iniciou a história do mundo do trabalho no Brasil, e que não decorreu de trabalho livre, mas escravo.

Nesse sentido, a trajetória do mundo do trabalho no Brasil se confunde com a própria história de sua sociedade. Esta história não se iniciou com o cultivo voltado à distribuição da terra, mas com a repartição do extenso território em imensas concessões que foram distribuídas



entre fidalgos, e plebeus ricos, cuja condição expressa era que “cultivassem pelo braço escravo, primeiro do gentio, depois do africano. A primeira unidade de produção agrícola não foi a parcela ou o pequeno cultivo familiar, mas o grande senhorio escravista”. (GUIMARÃES, 1981, p.90 e 91)

Acerca do sentido de que a escravidão se instalou no Brasil, Prado Junior explica que, no Brasil, “o sistema da grande propriedade trabalhada por mão-de-obra (escrava), como é a regra nos trópicos, e será o caso no Brasil, não pode ser empregada numa exploração diversificada e de alto nível técnico”. (PRADO JUNIOR, 1976, p. 29)

Foi assim que, com a grande propriedade de monocultura, se instalou, no Brasil, o trabalho escravo. Isto ocorreu pelo fato de que Portugal não dispunha de meios necessários, meios esses relativos à população, para abastecer sua colônia de mão-de-obra suficientemente. Observa-se que, com relação à essa demanda, no dizer de Prado Junior, “o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio, para se engajar como simples trabalhador assalariado do campo”. Foi com essa análise que ele concluiu que: “a escravidão torna-se assim uma necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América”. (PRADO JUNIOR, 1990, p. 28).

É relevante se ater ao fato relacionado com a história do trabalho no Brasil e que se refere ao trabalho dos indígenas. A princípio, antes mesmo da monocultura, se recorreu ao trabalho indígena para extração do pau-brasil. Foi em decorrência desse preliminar trabalho, que os indígenas se submeteram a trabalhos nas lavouras de cana. Nas palavras de Prado Junior:

Em primeiro lugar, à medida que afluíam mais colonos, e portanto, as solicitações de trabalho, ia decrescendo o interesse dos índios pelos insignificantes objetos com que eram dantes pagos pelo serviço. Tornam-se aos poucos mais exigentes, e a margem de lucro do negócio ia diminuindo em proporção. Chegou-se a entregar-lhes armas, inclusive de fogo, o que foi rigorosamente proibido, por motivos que se compreendem. Além disto, se o índio, por natureza nômade, se dera mais ou menos bem com o trabalho esporádico e livre da extração do pau-brasil, já não acontecia o mesmo com a disciplina, o método e os rigores de uma atividade organizada e sedentária como a agricultura. Aos poucos foi-se tornando necessário forçá-lo ao trabalho, manter vigilância estreita sobre ele e impedir sua fuga e abandono da tarefa em que estava ocupado. Daí para a escravidão pura e simples foi apenas um passo. Não eram passados ainda 30 anos do início da ocupação efetiva do Brasil e do estabelecimento da agricultura, e já a escravidão dos índios se generalizara e instituíra firmemente em toda parte. (PRADO JUNIOR, 1976, p. 29)

A introdução dos negros nas lavouras brasileiras não foi uma missão difícil para os portugueses, porque “desde meados do séc. XV, traficavam com pretos escravos adquiridos nas costas da África e introduzidos no Reino europeu onde eram empregados em várias ocupações; serviços domésticos, trabalhos urbanos pesados, e mesmo na agricultura”. (PRADO JUNIOR, 1990, p. 32)

Segundo o autor comentado, os portugueses também se utilizaram dos negros africanos nas ilhas da Madeira e de Cabo Verde, e que, por eles foram colonizadas na segunda metade daquele século. Quanto a chegada dos negros no Brasil, seguindo a opinião do autor citado, “não se sabe ao certo quando apareceram pela primeira vez no Brasil; há quem afirme que vieram já na primeira expedição oficial de povoadores (1532). O fato é que na metade do século eles são numerosos”. (PRADO JUNIOR, 1990, p. 32). O processo de substituição do índio pelo negro prolongar-se-á até o fim da era colonial.

Mas seja com escravos africanos, escravos ou semi-escravos indígenas, a organização das grandes propriedades açucareiras da colônia foi sempre, desde o início, mais ou menos a mesma. É ela a da grande unidade produtora que reúne num mesmo conjunto de trabalho produtivo, um número mais ou menos avultado de indivíduos sob a direção imediata do proprietário ou seu feitor. É a exploração em larga escala, que conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma única organização coletiva do trabalho e da produção. Opõe-se assim à pequena exploração parcelaria realizada diretamente por proprietários ou arrendatários. (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 32)

O sentido último do comércio colonial era acelerar a acumulação primitiva de capital e, nesse sentido, a lógica para o funcionamento do sistema de exploração colonial impunha o escravismo. Isto é, nas palavras de Novais (2007, p. 73), “colonizar para o capitalismo”, em que:

Produzir para o mercado europeu nos quadros do comércio colonial tendentes a promover a acumulação primitiva de capital nas economias europeias exigia formas compulsórias de trabalho, pois do contrário, ou não se produzia para o mercado europeu (os colonos povoadores desenvolveram uma economia voltada para o próprio consumo), ou se se imaginasse uma produção exportadora organizada por empresários que assalariassem trabalho, os custos da produção seriam tais que impediriam a exploração colonial, e pois a função da colonização no desenvolvimento do capitalismo europeu (os salários dos produtores autônomos de sua subsistência evadindo-se do salariato: como poderiam então funcionar os mecanismos do “exclusivo” comercial?). (NOVAIS, 2007, p. 74)

Torna-se evidente, portanto, que a escravização dos negros africanos se deu dentro da constituição de um sistema colonial subordinado aos interesses do capital comercial, tanto na produção de gêneros tropicais em larga escala quanto no tráfico negreiro, sendo este último um dos setores mais rentáveis do comércio colonial. A base do trabalho no Brasil se constituiu, portanto, voltado aos interesses do capital comercial de formação de uma acumulação primitiva europeia, que como veremos, mesmo com a independência e abolição continuarão tendo esse ‘sentido’.

### **1.2.2 Abolição e a transição para o Trabalho Livre**

Com a produção em grande escala do café e seu papel como motor do desenvolvimento capitalista brasileiro, foi ele o responsável pela introdução da mão-de-obra assalariada (e imigrante) no Brasil. Contudo, a abolição progressiva do trabalho escravo a partir do século XIX não implicou a transição imediata ao trabalho assalariado para a população negra. Essa herança vai refletir diretamente sobre as condições de reprodução da desigualdade social no Brasil.

A Lei de Terras de 1850 foi um importante marco desse processo discriminatório, uma vez que dificultava o processo de obtenção de terras por ex-escravos e pessoas de baixa renda e favorecia os grandes proprietários. Então, mesmo após a abolição da escravidão, os negros libertos são obrigados a se constituírem à margem da sociedade, proibidos de obter terras e privados de condições básicas para se introduzirem no mercado de trabalho. Libertos, mas sem os meios de subsistência e discriminados quanto ao trabalho assalariado, a grande população negra é constituída dentro do conceito de exército industrial de reserva, como apresentado por Marx.

A história da formação do proletariado brasileiro, aponta uma forte característica social, o “preconceito antinacional”. Esta característica peculiar é referente à forma com que as oligarquias rurais estenderam, ao longo dos anos, práticas de certo preconceito à mão-de-obra nacional, que se misturaram com os preconceitos de raça e de classe. A aversão direcionada ao trabalhador nacional refletiu em consequências graves que se projetam para o futuro da economia e da sociedade brasileira.

Em um processo sistêmico, com intuito de recrutar mão de obra para engenhos de açúcar e fazendas de café, foram utilizados os trabalhadores livres naturais do país. Tais trabalhadores eram constituídos, em sua maioria de mestiços, a quem era atribuída a condição de “raça caipira”, rejeitadas e consideradas “indolentes”. Tal condição foi a princípio atribuída aos indígenas, que, quando cativos, reagiam através de inatividade às condições de trabalho opressivo aos quais eram submetidos. Essa forma de protesto contra todas as formas de trabalho coercitivo, se estenderam, inclusive, no trabalho escravo, e isto provocou por parte dos senhores uma crescente hostilidade para com estes trabalhadores.

A sociabilidade capitalista no Brasil corresponde ao fato de que o caráter revolucionário do capitalismo se confrontou com um ordenamento social muito rígido em suas práticas. Foi essa rigidez, no dizer de Cardoso (2008) que se “evidenciou na desqualificação do negro e do elemento nacional como trabalhadores aptos à lide capitalista; na percepção do próprio trabalho manual como atividade degradada, cabível somente a seres degradados”.

Além disso, evidenciou-se, também:

no encastelamento da elite econômica em suas posições de poder, temerosa das maiorias despossuídas (e desarmadas), vistas como inimigos potenciais e tratadas com violência desmedida quando se afirmavam na cena pública; na permanência de uma estrutura de dominação que rebaixava a mínimos vitais as expectativas de recompensa dos mais pobres, num ambiente em que a pobreza generalizada era o parâmetro de toda recompensa. A sociabilidade capitalista, em suma, teve de se haver com uma ordem profundamente antiliberal em suas práticas e visões de mundo e com uma ética da desvalorização do trabalho que por longo tempo impediu o reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos de direitos, isto é, como cidadãos. (CARDOSO, 2008, p.19).

Com os prenúncios da extinção da escravidão, um forte novo estímulo para a imigração de europeus se constitui no Brasil, após uma série de políticas de povoamento fracassadas do governo. Nesse momento, a iniciativa encontra-se em um momento internacionalmente favorável, em que os Estados Unidos iniciam uma política de restrições da imigração e a Itália, por questões políticas e sociais, demonstra um grande interesse de emigração. Cria-se, então, nessa fase, um abismo entre o tratamento do imigrante europeu em relação aos trabalhadores nacionais (negros, índios e mestiços), uma vez que o sistema de parceria é abandonado e os trabalhadores europeus serão fixados nas fazendas como assalariados.

Além disso, como forma de fomentar os fluxos migratórios e tornar a imigração pro Brasil muito atraente, era oferecida aos imigrantes a possibilidade de se tornarem proprietários. “Sem contar as vantagens de ordem social, pois formavam-se assim verdadeiros povoadores, fixados na terra e com ela identificados, em vez de populações flutuantes e desenraizadas de mercenários”. (PRADO JUNIOR, 2008, p.184)

A valorização do imigrante europeu em detrimento da mão-de-obra nacional, portanto, já denota a base da hierarquização de classe no Brasil que se perpetua até os dias atuais. Nessa perspectiva, Florestan Fernandes, em seu livro “A integração do negro na sociedade de classes”, explica que, tendo em vista a introdução do imigrante como “lídimio agente do trabalho assalariado”, responsável por monopolizar as oportunidades de ascensão social e econômica, restou aos negros e mulatos apenas duas escolhas irremediáveis, sendo elas, nas palavras do autor: “aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou se abater penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de ‘homem livre’”. (FLORESTAN, 2008, p. 44)

O mercado de trabalho para os negros, portanto, não nasceu de imediato após a Abolição no Brasil e resultou na formação de um exército de reserva, subordinado à lógica de interesses do capitalismo em expansão. Dessa maneira, se com o capital comercial e a acumulação

primitiva se constitui um trabalho escravo no Brasil, dentro da lógica do capital industrial e da acumulação capitalista que se desenvolvia no século XIX foi gestado um enorme exército industrial de reserva no país com os escravos libertos e seus descendentes. Esse processo de constituição do mercado de trabalho capitalista brasileiro, contudo, não será apenas um elemento histórico passageiro, mas como será apresentado nesse capítulo, se torna uma característica do capitalismo brasileiro, mesmo que sobre novas formas dentro da realidade do capitalismo contemporâneo.

Vale ressaltar, porém, que o trabalhador nacional, e, quase sempre, o trabalhador migrante estrangeiro, experimentou sérias dificuldades com relação ao acesso à terra, e isso se deu pelo fato de que sempre esteve presente “a velha estratégia das classes dominantes”. Esta estratégia consistia na preservação permanente de “vasto excedente de mão de obra capaz de preencher, nas horas próprias, as vagas abertas pelas necessidades extraordinárias de prestação do serviço temporário ou sazonal dentro dos latifúndios.” (GUIMARÃES, 1981, p. 129)

Apesar de consensualmente não haver ainda a formação de um mercado de trabalho nacional brasileiro, até 1930 a estrutura interna foi marcada por “mercados de trabalho” fragmentados, no sentido regional, e incompletos, devido ao predomínio do não assalariamento. Parafraseando Barbosa (2016), essa configuração era derivada, sobretudo, de um conjunto de leis e medidas constituídas pelo Estado, cujos esforços eram concentrados em atender os interesses das classes dominantes, num contexto de inelasticidade da oferta de trabalho escravo, após a proibição do tráfico negro.

### **1.2.3 O Século XX: Consolidação do Mercado de Trabalho Nacional e a Urbanização Brasileira**

#### **1.2.3.1 “Nacionalização” do Mercado de Trabalho**

Adentrando agora no Século XX, a partir de 1930 foram progressivamente criadas condições para a nacionalização do mercado de trabalho no Brasil. As migrações regionais e a industrialização em um cenário de desenvolvimento do capitalismo vão aflorando a necessidade de regulamentação das relações de trabalho em território nacional. Contudo, é apenas em 1943 que foi criada a CLT, responsável por formalizar e regulamentar o mercado de trabalho brasileiro propriamente dito. “Além do salário mínimo, ao menos para as ocupações industriais e algumas do setor de serviços, há também o acesso ao sindicato e a um pacote de direitos sociais e trabalhistas (incluindo saúde, previdência e, por vezes, moradia).” (BARBOSA, 2016, p.12)

Nesse período de “nacionalização” do mercado de trabalho observa-se uma expansão de uma classe trabalhadora assalariada que vai se concentrar nos centros urbanos. Entre 1940 e 1980, observa-se essa expansão a partir de São Paulo e do Sudeste, caminhando em direção ao Sul e chegando ao Norte e Nordeste entre os anos de 1960 e 1970.

Relevante se faz considerar o crescimento da oferta de trabalho à luz da evolução das curvas referentes a PEA agrícola e não-agrícola. A primeira ficou praticamente estável entre 1940 e 1980 e a segunda teve um crescimento considerável e saltou de 5 milhões de pessoas para 30 milhões, que deu uma expansão anual média de 4,6%. Isso deu-se sobretudo pelo dinamismo do emprego nas áreas urbanas que gerou diferentes estruturas ocupacionais no mercado de trabalho. Nesse sentido, a mão de obra rural não plenamente instalada deslocava-se para as áreas urbanas em busca de oportunidades, denotando nesse período um forte êxodo rural, que teve o seu apogeu entre 1960 e 1980.

Um dos aspectos estruturais que são importantes para entendermos o período diz respeito à regulamentação seletiva do fator trabalho com diferenças importantes entre as áreas urbanas e rurais. Nesse sentido, a desregulamentação afeta principalmente as dinâmicas do trabalho rural, “onde as relações de trabalho caminhavam paulatinamente para uma feição mais capitalista, transformando o roceiro em boia-fria”. (BARBOSA, 2016, p. 21)

Em 1976 somente  $\frac{1}{3}$  da mão-de-obra rural era assalariada e apenas um trabalhador a cada três possuía carteira de trabalho assinada. Essa última questão, quando analisada no meio urbano, também era bem expressiva, tendo em vista que 35% dos trabalhadores assalariados não tinham carteira assinada, enquanto 20% do total de ocupados não eram assalariados (informais). Além disso, entre 1960 e 1980 houve uma forte elevação da desigualdade de renda do trabalho, relacionada “ao fato de que novos postos intermediários foram criados para a classe média assalariada emergente em virtude do próprio processo de diversificação da economia capitalista”, tanto no setor público quanto no setor privado. (BARBOSA, 2016, p. 23)

Com todos esses elementos e complexidades, formou-se um mercado de trabalho muito heterogêneo e desigual que reflete a própria estrutura social brasileira, durante todo o processo de consolidação do capitalismo no Brasil. Em termos da estratificação social, no topo via-se uma classe dominante urbana e rural, formada por um patronato de empresários e proprietários de terra, bem como um patriarcado de governantes em cargos públicos, “ao qual se agregaria o segmento gerencial de empresas públicas e privadas, gerando uma nova classe média, que se diferenciava de outro estrato intermediário conformado pelos profissionais liberais e funcionários públicos em geral”. (BARBOSA, 2016, p.24)

Havia, ainda, abaixo, dois estratos sociais chamados de “classe baixa urbana” e “classe dependente urbana”, sendo a primeira formada pelo operariado e pelos funcionários de lojas e

escritórios e a segunda por assalariados eventuais e autônomos de baixa renda, considerados “desclassificados sociais” em termos de dignidade de trabalho, acesso à políticas sociais e mobilidade social. Esse último segmento é de extrema relevância, pois converge com o processo de transformação dos escravos em ex-escravos, anteriormente analisado. Os trabalhadores nacionais desvalorizados e postos à margem da sociedade formam essa massa de sub-assalariados, que, somado ao passado, passaram por “uma redefinição das posições de classe no âmbito de um capitalismo subdesenvolvido e dependente”, incapaz de lograr de forma eficiente uma universalização das leis e direitos do mundo do trabalho. Falta, ainda, considerar o trabalhador rural que teve acesso limitado à propriedade de terra nessa grande esfera social, que oscilava entre um operariado rural emergente e uma classe dependente rural em processo de expropriação. (BARBOSA, 2016, p. 24-25)

Francisco de Oliveira no seu livro, “Crítica da Razão dualista”, que contrapõe os argumentos cepalinos da existência de uma separação de setores atrasados e econômicos no Brasil que se industrializava e se urbanizava, defende que a formalização do trabalho irá homogeneizá-lo, empurrando a grande massa trabalhadora para a informalidade, seja do campo ou das periferias das grandes cidades. Dessa forma, o grande exército de reserva brasileiro é mantido, mas agora em uma sociedade capitalista urbana e industrial, isto é, a constituição de um grande excedente populacional relativo continua como marca do capitalismo brasileiro. Francisco de Oliveira argumenta, portanto, que esse exército de reserva não é conflituoso com o setor formal e 'avançado', pelo contrário, se alimenta desse processo com a formação de níveis salariais baixíssimos. Nas palavras do autor:

O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especialmente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em "exército de reserva". Essa conversão de enormes contingentes populacionais em "exército de reserva", adequado à reprodução do capital, era pertinente e necessária do ponto de vista do modo de acumulação que se iniciava ou que se buscava reforçar, por duas razões principais: de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista igualava reduzindo - antes que incrementando - o preço da força de trabalho. Essa operação de igualar pela base reconveria inclusive trabalhadores especializados à situação de não-qualificados, e impedia - ao contrário do que pensam muitos - a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho. Em outras palavras, se o salário fosse determinado por qualquer espécie de "mercado livre", na acepção da teoria da concorrência perfeita, é provável que ele subisse para algumas categorias operárias especializadas; a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um denominador comum de todas as categorias, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a. (OLIVEIRA, 2003, p. 12)

Dessa estrutura é possível, portanto, entender como esse duplo condicionamento entre mercado de trabalho e estratificação social revela a dificuldade de se alterar a estrutura de

distribuição de poder e concentração de renda, adaptada agora para uma modalidade capitalista em que se foi formada uma superpopulação relativa à luz dos interesses das classes dominantes do país.

### **1.2.3.2 A Industrialização e Urbanização Brasileira**

Depois de um longo período de urbanização territorialmente seletiva, a urbanização brasileira se tornou generalizada nas três últimas décadas do século XX, sendo o turbilhão demográfico e a terceirização fatos notáveis. Entre 1940 e 1980, a população brasileira triplicou, ao passo que a população urbana se multiplicou por 7,5 vezes, sendo que entre os anos 60 e 70 esta última ultrapassa a população rural. Esse processo de urbanização coincide com um forte crescimento demográfico, derivado de taxas de natalidade elevadas e de mortalidade em queda.

Em via de regra, o processo de industrialização sempre vem acompanhado de uma rápida urbanização que será efetivada se o setor agrícola responder com uma oferta adequada de produtos. Nesse processo de crescimento das cidades e com o surgimento das classes médias, em teoria, cria-se uma capacidade de influenciar novas forças sociais e econômicas progressistas. No Brasil, entretanto, esse movimento não foi verificado, uma vez que as cidades surgem com marcas nítidas da sociedade oligárquica e conservadora, dentro da dinâmica de uma economia primário-exportadora. As classes médias urbanas, nesse sentido, embora heterogêneas e com representações pontuais, não serão capazes, a nível social, de contrapor o poder político das velhas oligarquias conservadoras, pelo contrário:

As classes médias que vão se formando, surgem replicando a mentalidade da elite agrária dominante, se solidarizando e tomando para si valores pertencentes à classe dos grandes proprietários de terra, e copiando inclusive, seu modo de vida às proporções de posses que detinham e de suas relações com os trabalhadores manuais. A ideia principal não era a da crua aderência, mas de gozar dos “privilégios e prerrogativas da classe superior, a começar pelo privilégio da autoridade e mando” (QUEIROZ, 1969 apud PINHEIRO, et al., 2006a; p. 43). As classes médias, ao contrário das expectativas idealizadas a respeito de seu papel, nunca foram capazes no Brasil de atuar no sentido de uma transformação radical e colocar em risco o regime de dominação em curso. Tal classe, pelo contrário, era mantenedora do status quo e deteve-se a compor juntamente com as classes dominantes (PINHEIRO, et al., 2006a). As classes médias, nesse contexto, representaram um braço mediador das classes dominantes, e sua acomodação e aderência aos interesses destes permitem a legitimação de um antirreformismo arraigado no contexto econômico, político e social brasileiro. Aos poucos, o antirreformismo passa a ser uma ideologia comum às classes dominantes do país. (ANDRADE, 2018, p. 56)

Não obstante, o abandono à própria sorte da mão-de-obra nacional, como antecipado anteriormente, foi funcional para a criação da superpopulação relativa, que perpetuou a



exploração também pela elite urbana e industrial. Nesse sentido, “a grande cidade” torna-se um pólo também da pobreza, que é, nas palavras de Santos (1993, p. 10): “o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas”. O campo, cada vez mais moderno, por sua vez, passa a repelir o pobre e os trabalhadores da agricultura vivem cada vez mais nos espaços urbanos, ao passo que a indústria se desenvolve com a criação empregos insuficientes para absorção da população urbana e o setor terciário se associa a formas modernas e primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação.

No Brasil, o crescimento urbano deu-se com um modelo específico de centro-periferia, característica de uma urbanização corporativa, que trouxe problemáticas parecidas para todas as cidades brasileiras, com grau e intensidades diferentes, como: carência de infra-estruturas, especulação fundiária e imobiliária, problema de transporte e, sobretudo, periferização da população. Quanto maior a cidade, maior o crescimento sistêmico dessas características.

O aumento do tamanho urbano está diretamente relacionado com a periferização da população mais pobre, cuja logística, de acordo com Milton Santos, é responsável por deixar o pobre cada vez mais pobre.

A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso.(SANTOS, 1993, p. 96)

Nesse sentido, todo esse processo veio acompanhado de uma evolução dos serviços, exercendo uma função específica de complementar as atividades secundárias e de alocar mão-de-obra de baixa qualificação que não encontra oportunidades nos outros setores. As atividades terciárias, portanto, formam um setor de extrema importância para absorção de mão-de-obra com menor qualificação, em um contexto que o setor industrial exige uma mão-de-obra com requisitos superiores de capacitação e possui um limite para ampliação de fatores de produção, inclusive o fator trabalho, e o campo encontra-se cada vez mais moderno.

### **1.3 Disposições Finais**

A presente seção buscou realizar uma síntese das principais características estruturais e transformações do mundo do trabalho brasileiro, bem como a consolidação em esfera nacional do mercado de trabalho propriamente dito até o período de industrialização.

Em suma, a formação do capitalismo no Brasil dependeu da formação de um exército de reserva, com traços estruturais de uma colonização baseada na lógica do capital comercial para a constituição da escravidão, que garantiu a reprodução da extensa desigualdade social. Diante disso, a formação do mercado de trabalho no Brasil, somada aos processos de urbanização e industrialização, internaliza o grande excedente de mão-de-obra na estrutura do capitalismo brasileiro, sendo a sua formalização responsável por determinar uma hierarquização de classes que perpetuou a dificuldade de mobilidade social, distribuição de poder e concentração de renda. Isso tudo mostra que, mesmo na modalidade capitalista, formou-se uma enorme população excedente relativa subordinada aos interesses das classes dominantes do país.

## **2. A SOCIEDADE DE SERVIÇOS**

O Setor Terciário, também conhecido por Setor de Serviços, agrega inúmeras atividades de prestação de diversos tipos de serviço para a sociedade, que vai desde limpeza, atendimento ao consumidor, transporte, até suporte técnico, serviços do setor tecnológico e informacional e finanças de modo geral. Além disso, o terceiro setor é aquele encarregado pelo abastecimento do mercado e do fornecimento de produtos e mercadorias para os consumidores intermediários e finais, uma vez que integra todas as etapas do comércio e da logística.

Assim considerando, o Setor de Serviços, ou Setor Terciário pode ser definido como sendo aquele setor que abrange todas as atividades relacionadas aos serviços prestados por empresas e pessoas, bem como o comércio. Esse segmento é bem mais abrangente do que os setores primário e secundário, e refere-se aos mais diversos tipos de profissionais, formais ou informais. São exemplos: professores, pesquisadores, advogados, comerciantes, mecânicos, agentes de viagem e turismo, vendedores, atendentes, motoristas, garçons, atendentes de telemarketing, desenvolvedores, profissionais do entretenimento e cultura, e muitos outros que prestam alguma forma de serviço para um consumidor direto.

O Setor de Serviços corresponde hoje à maior parte da população economicamente ativa empregada, sendo que essa realidade passou a se projetar desde a década de 1980. Nesse sentido, o presente capítulo pretende fazer uma análise sobre a trajetória do setor terciário brasileiro. Na primeira seção será traçado o debate acerca da desindustrialização brasileira para entender-se a transição da incompleta Sociedade Urbana e Industrial para a atual Sociedade de Serviços, em contexto de perda de participação relativa do setor secundário na economia, reunindo dois autores principais que corroboram essa tese. A seguir, será alvo de discussão a precarização do trabalho no Brasil nesse contexto da precoce Sociedade de Serviços, com uma revisão de literatura que reúne os principais autores da discussão. Para tanto, será dividida em três esta seção: a primeira parte irá conceituar e contextualizar a precarização do trabalho no Brasil; a segunda irá argumentar a indissociabilidade entre a precarização do trabalho e o inchamento do Setor Terciário brasileiro; e a terceira irá analisar o exército de reserva na nova formação do trabalho da Sociedade de Serviços.

### **2.1 O debate acerca da desindustrialização brasileira**

O processo de industrialização no Brasil ao decorrer do século passado, diferentemente dos países desenvolvidos, ocorreu sem o Estado de Bem-Estar Social e sem as reformas básicas

da estrutura social (agrária, urbana, tributária, sindical, da saúde e da educação). Pelo contrário: ocorreu em uma dinâmica que privilegiou ainda mais as classes dominantes do país.

Em economias desenvolvidas, em vias de regra, as estruturas sociais, de certa forma, evoluíram junto ao crescimento urbano e industrial, possibilitando a generalização da posse de produtos de consumo duráveis (automóveis e casa própria) e simbolizando um crescimento econômico com certa desconcentração de renda. Sem dúvidas, a organização sindical e a pressão feita pelos trabalhadores contribuiu bastante para a elevação do salário real em consonância com os ganhos de produtividade. Isso tudo em um contexto de ascensão do Estado de Bem-Estar Social.

Nos países com processo de desindustrialização madura, a diminuição relativa da participação da manufatura no ciclo produtivo transcorreu após a totalidade da população ter sido incluída no padrão de consumo da sociedade urbana e industrial, coincidindo com a maior expansão do setor terciário na economia. Nesse sentido, os serviços mais dinâmicos tenderam a ser aqueles vinculados à produção e logística, entre outros, mais associados ao emprego de mão de obra com maiores requisitos de formação e remuneração. (POCHMANN, 2019, p. 94)

O processo de aumento do setor de serviços, visa a vis a diminuição relativa do setor industrial, deve ser entendido dentro do próprio processo de evolução da economia, em que há de certa forma uma tendência intrínseca dessa mudança. O debate clássico de padrões de desenvolvimento ilustra esse elemento, quando mesmo concepções teóricas completamente distintas apontam essa tendência estrutural do crescimento dos setores de serviços nas economias desenvolvidas.

Para explicar as discontinuidades nos processos de desenvolvimento das nações, Gerschenkron (2015, p. 71) delimita uma diferença fundamental na industrialização dos países desenvolvidos em relação aos atrasados/subdesenvolvidos. No primeiro grupo, a força de trabalho industrial era estável, confiável e disciplinada; e, havia “cortado o cordão umbilical” com a terra, adaptando-se ao trabalho das fábricas. Processo que não ocorreu nos países atrasados. Nesse sentido, para Gerschenkron, quanto mais atrasada for a economia do país, maior probabilidade de sua industrialização começar “de forma descontínua e adotar o aspecto de um grande surto que tivesse lugar a um ritmo de crescimento do produto industrial relativamente alto” (p.367 e 368). Dessa forma haveria maior especialização nos setores de maior desenvolvimento tecnológico, com decréscimo relativo daqueles setores mais maduros.

A teoria de Rostow (1978) de etapas de desenvolvimento também nos ajuda a entender em que ponto do processo países da América Latina estariam em relação aos desenvolvidos.

Em seu livro, “Etapas do desenvolvimento econômico”, o autor entende que as nações, inevitavelmente, passam por cinco etapas no processo de desenvolvimento econômico: a sociedade tradicional, as condições para o arranco econômico, o arranco (*take-off*), a marcha para a maturidade econômica e a era de consumo em massa. Verifica-se que o avanço na industrialização (*take-off*) ocorreu em alguma medida na maioria das principais economias da América Latina, mas a marcha para a maturidade continua uma possibilidade mesmo para países como o Brasil e a Argentina que continuam com dificuldades para terem uma economia suficientemente madura em termos de capital e de capacidade tecnológica para gerar suas próprias forças para avançar nas etapas do desenvolvimento econômico e social.

Devido a essa tendência da próprio crescimento econômico impor um crescimento do setor de serviços, passa a ser preponderante entender as particularidades do caso brasileiro, que mesmo tendo esse fortalecimento dos setores de serviços, ainda mantém as características estruturais da capitalismo brasileiro apresentadas no primeiro capítulo. No caso brasileiro, portanto, o padrão de crescimento urbano e industrial terminou por construir estruturas sociais diferentes das dos países desenvolvidos. A brutal concentração de renda é uma das características mais graves e marcantes da economia brasileira. Nas palavras de Porchmann “o processo de periferização do fordismo levou ao subconsumo dos trabalhadores em relação ao padrão de acesso aos bens duráveis. (...) Contribuiu para isso a ausência tanto do Estado de bem-estar social quanto de acordos políticos comprometidos com a redução da desigualdade (...)”. (POCHMANN, 2014, p. 45)

A industrialização brasileira, além de ter sido tardia – somente a partir da década de 1930, foi marcada pela dependência tecnológica e pelo domínio do capital estrangeiro. A participação do Estado, atuando como um sócio estratégico no processo histórico de acumulação do capital, foi fundamental para o avanço das indústrias no Brasil, tal como foi verificado entre as décadas de 1930 e 1970.

A consolidação do centro urbano e industrial no Brasil foi, então, acompanhado pela constituição de uma sociedade composta por extremamente ricos, uma classe média não proprietária e pela maioria da população situada na base da pirâmide social.

A partir dos anos 80, devido a intensas mudanças na política econômica brasileira e no cenário internacional, a industrialização no Brasil vai perdendo força, em um contexto econômico de problemas de restrição externa e deterioração das contas fiscais, bem como inflação alta e tentativas falhas de estabilização. Por isso, para muitos economistas, esse é o marco do início do processo de desindustrialização no Brasil.

O aumento da dívida externa advindo do período o Milagre e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), bem como a crise do petróleo de 79 agravaram a restrição externa dos anos 80. Durante a década perdida, portanto, o foco dos formuladores de política econômica passa a ser a estabilização da economia. A estabilização, contudo, só vem com o Plano Real em 1994, após uma série de planos de estabilização da inflação que não obtiveram êxito. Foi um período, então, de baixo crescimento econômico para o Brasil.

Durante o governo Collor, já com influência internacional de ascensão do neoliberalismo, iniciou-se o processo de abertura da economia e de políticas de privatização de empresas, que foi intensificado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). O Plano Nacional de Desestatização de 1990 iniciou um processo de ajuste fiscal, no qual o Estado desvincula-se de gastos com empresas públicas, tornando responsabilidade do mercado grande parte do investimento da economia.

É notável, portanto, que a indústria brasileira sofreu graves consequências com tais medidas. A rápida abertura da economia trouxe impactos negativos para a indústria que, desde de seu princípio, fora fomentada pelo Estado. Ademais, o câmbio sobrevalorizado com a implementação da terceira fase do Plano Real em 1994, a fase de âncora cambial, contribuiu ainda mais para o aumento da importação de produtos em detrimento dos produtos nacionalmente produzidos. Desse modo, a privatização e liberalização da economia fizeram com que os ramos da indústria brasileira que não alcançavam o patamar internacional de produtividade fossem extintos ou ficassem muito prejudicados.

Em 1999, o governo FHC implementa o famoso tripé macroeconômico, cujo mecanismo consiste na adoção do regime de metas de inflação, câmbio flutuante e metas para o superávit primário. A adoção de tal regime é mais uma evidência da mudança do papel do Estado associada ao neoliberalismo que vigorava no período. Nos anos 2000 a perda de participação da indústria e de sua centralidade no que tange ao crescimento da economia brasileira continua. É possível separar o período em duas fases distintas: 2000 a 2006, na qual houve a continuidade das políticas ortodoxas, e 2006 a 2010, na qual alguns economistas consideram como a fase desenvolvimentista do governo Lula. Uma evidência incremental de que a indústria não permanecia mais como o principal componente da economia é que, durante o governo Lula, o principal componente do Produto Interno Bruto (PIB) passa a ser o consumo das famílias, com forte reprimarização da pauta exportadora (CANO, 2012).

Toda essa perda de centralidade da indústria foi acompanhada pela ascensão do papel relativo do setor terciário na economia a partir dos anos 1970. Portanto, o debate acerca de

desindustrialização brasileira torna-se relevante para entender-se a transição da incompleta sociedade urbana e industrial para a sociedade de serviços.

O conceito de desindustrialização, segundo Tregenna (2008), possui duas vias: está atrelado à perda de participação do emprego na indústria e à perda de participação da indústria no PIB. O que indica, em suma, a perda de importância da indústria como fonte de dinamismo para a economia. Aqui serão considerados dois autores para discorrer-se sobre o tema, José Gabriel Palma e Wilson Cano. Ambos consideram a ocorrência de um processo de desindustrialização no Brasil, sendo este nocivo para a economia brasileira.

Palma (2005) defende que desindustrialização no Brasil ocorreu de maneira precoce, utilizando o conceito de “nova doença holandesa”, que seria um grau mais avançado e específico da desindustrialização, que consiste em uma disparada que teria origem no fato de que a relação entre o emprego industrial e a renda per capita se relacionam de maneira distinta a depender se o país que está passando pelo processo de desindustrialização o faz para buscar superávit comercial na indústria ou para atingir um déficit comercial industrial. Nesse sentido, países com mais abundância em recursos naturais teriam mais facilidade para financiar déficits no setor industrial a partir de superávits em setores primários, como o de commodities. É importante ressaltar que tal fenômeno também pode estar associado com países que tem superávit comercial no setor de serviços, principalmente associados a turismo e serviços financeiros. Para o autor, alguns países da América Latina a partir de 1980 são exemplos da quarta causa do processo.

O autor afirma, portanto, que o Brasil, assim como Uruguai, Argentina e Chile, sofreu um dos maiores processos de desindustrialização, principalmente por conta das reformas econômicas a partir dos anos 1980. Tal processo de desindustrialização pode ser considerado como prematuro, não tendo alcançado uma industrialização autossustentável. Ainda, afirma que a desindustrialização precoce de países subdesenvolvidos pode impactar de maneira negativa o crescimento de longo prazo. Por conta das reformas dos anos 1980 terem ocorrido de maneira tão brusca e terem revertido o quadro predominante de política econômica ao qual o Brasil vinha praticando, quadro esse em que o Estado tinha papel de líder no que tange ao processo de Industrialização por Substituição de Importações, ao qual reverteu-se para uma política pautada por liberalização financeira, o autor afirma que o país passa por aquilo que chama de a “nova Doença Holandesa”.

Palma (2005) classifica os países em dois tipos: o primeiro grupo seria o de países industriais, aqueles que visam superávits comerciais industriais; e o segundo o de produtos primários, aqueles que atingem déficits comerciais industriais, muitas vezes financiados pelos

superávits comerciais em produtos primários. Sendo assim, afirma que o Brasil, assim como outros países da América Latina, estava caminhando no sentido de tornar-se industrializado, saindo da categoria de país de produto primário. Entretanto, a industrialização ocorrida no país durante 1930 a 1980 não era autossustentável e, portanto, a abertura comercial e liberalização financeira da economia da maneira com a qual ocorreu fizeram com que a economia brasileira continuasse se enquadrado como um país de produtos primários.

Cano (2012) defende que o processo de desindustrialização brasileiro foi uma realidade nociva para a economia. Em suas palavras: “A industrialização atingida nas décadas anteriores deteriorou-se face à ausência de políticas industriais e de desenvolvimento e da conjugação de juros elevados, falta de investimento, câmbio sobrevalorizado e exagerada abertura comercial” (Cano, 2012, p. 831). O autor entende que quando a indústria atinge sua maturidade, apresenta uma estrutura diversificada, na qual trinta ou quarenta por cento do que é produzido provém da indústria de bens de capital.

O autor mostra que em 1970 o Brasil teve a indústria de transformação compondo 33% do PIB e em 2011 a participação cai para 14,6%. O autor lista cinco causas do processo de desindustrialização que ocorre no Brasil. A primeira causa é a política cambial que, desde o Plano Real em 1994, tem servido de âncora dos preços, mantendo o câmbio sobrevalorizado. Isso faz com que seja mais barato importar produtos do que os consumir internamente, levando a perda de competitividade da indústria nacional. A segunda causa seria a abertura comercial que teve início nos anos 1990 com as políticas neoliberais do governo Sarney e Collor, reforçadas no governo FHC, e condicionalidades do empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) ao final dos anos 1990. O autor afirma que a desregulamentação do comércio se mantém, algo que fez com que a proteção à indústria fosse prejudicada conjuntamente com o câmbio sobrevalorizado.

A terceira causa listada pelo autor são as altas taxas de juros mantidas desde os anos 90. O Brasil é o país com as maiores taxas de juros do mundo. Na época, tinha como intuito frear a demanda para conter a inflação, atualmente prejudica o investimento dos empresários, pois estes comparam as taxas de lucro com as taxas de juros. Isso faz com que a indústria fique vulnerável, pois, sem novos investimentos, a indústria pode, eventualmente, tornar-se obsoleta ao perder a sua produtividade. Tal causa combinada com as outras duas já citadas geram uma combinação extremamente nociva à indústria nacional, tendo em vista que a indústria perde a sua produtividade e compete diretamente com a indústria internacional.

A quarta causa é o investimento direto estrangeiro. Apesar de ter aumentado em termos absolutos nos últimos anos, o autor afirma que é necessário desagregar tal componente, tendo



em vista que a participação da indústria de transformação no componente caiu ao longo do tempo enquanto a participação dos serviços subiu. Tal fato é danoso, pois aí estão incluídos também os serviços do setor financeiro, que são fonte de especulação. Também é possível notar uma migração do Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) no Brasil para a China, objetivando uma produção mais barata. Dessa forma, o Brasil passa a importar mais produtos prejudicando diversas cadeias produtivas da indústria nacional.

A quinta causa citada pelo autor é a desaceleração da economia mundial. A perda de participação brasileira na produção mundial é notável: em 1980 era de 2,8%, passa para 2% em 1990 e chega a 1,7% em 2010. O autor ainda mostra uma tendência regressista da indústria brasileira nos últimos anos, principalmente quando se trata do setor de bens de consumo durável e de capital, o qual possui uma trajetória decrescente quando se trata do Valor de Transformação Industrial (VTI). Durante 1939 e 1980 tal setor possuía participação de 25% do VTI, em 1996 passa a ser 24%, 21,6% em 2003 e 21,2% em 2009. Isso mostra que a indústria vem perdendo a produção no setor mais intensivo em tecnologia, dando espaço para os setores de bens intermediários e bens de consumo não duráveis.

Outro dado relevante levantado pelo autor é o coeficiente de penetração das importações, que é calculado a partir da razão importações sobre o consumo aparente. Tal dado mostra que em 1996 o coeficiente era de 13,7 enquanto em 2008 passa a ser de 17,5. Ainda assim, é um coeficiente subestimado, pois em 1996 já havia grande abertura comercial. Também aponta como a relação Brasil-China evolui ao longo do tempo, mostrando que a relação passa a se comportar como a típica “centro-periferia”, na qual o Brasil passa a exportar produtos primários em detrimento de produtos industrializados.

Cano (2012), ainda alerta para a reprimarização da pauta de exportações brasileira, sendo este mais um indicador de que a desindustrialização além de ocorrer, seria nociva para a economia brasileira. O peso dos produtos manufaturados nas exportações caiu de 60,7% em 2000 para 36,8% em 2011, enquanto o dos semimanufaturados se mantém estável ao longo do tempo, indo de 15,8% em 2000 para 14,3% em 2011.

Em via de regra, a indústria é um componente relevante da economia, capaz de gerar diversas externalidades positivas, por exemplo, o desenvolvimento de novas tecnologias. Sendo assim, pode-se dizer que a indústria é responsável por criar importantes mudanças em termos de longo prazo e, portanto, preponderante para o desenvolvimento econômico de um país.

O Brasil teve uma forte política industrial no passado, sendo o principal indutor da indústria o Estado. Entretanto, a reversão de tal conduta para uma política macroeconômica

focada na liberalização e estabilização econômica teve implicações importantes para a economia brasileira. O fato de tal reversão ter se dado de uma maneira brusca, como aponta Palma (2005), fez com que alguns segmentos da indústria, os quais cresceram e foram fomentados durante a fase de Substituição de Importações, fossem diminuindo a ponto de iniciar-se o debate sobre a economia brasileira sofrer um processo de desindustrialização.

Em suma, a transição para a Sociedade de Serviços traz à tona dois debates: o receituário neoliberal em contexto de globalização e a precoce desindustrialização brasileira, que, simultaneamente, teriam sido responsáveis pela migração desgovernada e incompleta para o setor terciário da economia. Em países com desindustrialização precoce como o Brasil, esse processo é inviável e a queda relativa dos bens industriais na produção nacional não se deveu à expansão do setor terciário, mas sim à decadência da produção manufatureira, com desaparecimento e encolhimento de setores.

Por fim, tanto Cano quanto Palma entendem que o processo de desindustrialização no Brasil trouxe efeitos prejudiciais para a economia brasileira, efeitos estes que podem ser considerados importantes vetores da passagem da incompleta sociedade urbana e industrial para a sociedade de serviços, caracterizando o inchamento do setor de serviços no Brasil.

## **2.2 A sociedade de serviços e a precarização do trabalho**

Ao longo das últimas décadas, com a chamada virada neoliberal, o entendimento do trabalho e das novas formas de contrato de trabalho, as noções de precarização vêm ganhando cada vez mais centralidade nos debates. Mais especificamente, o termo precarização ganhou força a partir da década de 1980, no contexto da desarticulação do modelo fordista-keynesiano e do Estado de Bem-Estar Social, e ganha um novo impulso após a crise de 2008.

Para Rodgers (1989) as formas precárias seria tudo o mais diferente do “standard employment relationship” do pós-guerra, ou seja, tudo o que foge do emprego formal (regulamentação do Estado, organização sindical, jornadas de trabalho reguladas, salários regulados etc) seria precarizado. Esse conceito eurocêntrico, de certa forma, ao ser aplicado ao caso brasileiro, apaga todas as formas de exclusão e desigualdade, não só de classe, mas de gênero e raça, que fazem parte da história do Brasil. Nesse sentido, para fins desse trabalho, serão consideradas precarizadas todas as formas de trabalho degradantes, capazes que prejudicar o bem-estar e a dignidade dos trabalhadores, seja por meio da desregulamentação, jornadas excessivas, baixa remuneração etc.

### 2.2.1 A precarização do trabalho no Brasil

Falar em precarização do trabalho pressupõe crise. Crise esta que se manifesta no desemprego, na informalidade de trabalhos, adaptação da mão de obra para garantir a sobrevivência de muitos, trabalhos com salários baixos e em subcondições de dignidade humana.

A evolução da condição do trabalho no Brasil, aponta para o surgimento, em grande escala, de um novo tipo de proletariado de serviços. O século XXI revela uma situação diversa daquela que se conheceu até então. Assim sendo,

bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras [1] em escala global, há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquo espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando. (ANTUNES, 2018, p.32)

Logo, o enfoque sobre a precarização é dado em referência

ao surgimento de novas formas de trabalho a partir de um processo de mudanças estruturais no capitalismo, que procura garantir competitividade às empresas por meio da flexibilização das relações de trabalho. Nesse processo, novas bases institucionais para o desenvolvimento do capitalismo apareceram. O sistema econômico, antes centrado no capital industrial, passou a se basear em modelos flexíveis de produção, com destaque ao capital financeiro. Sob essa nova égide do capitalismo, as empresas iniciaram um processo de reestruturação com ênfase em uma nova revolução tecnológica de base microeletrônica. (FERNANDES, 2022, p. 1).

Assim explica-se que a terceirização e a flexibilização da economia têm causado fortes impactos no mercado de trabalho em todo o Brasil. Além da redução dos postos de trabalho e do aumento do desemprego, as possibilidades de absorção pelo mercado de trabalho, por meio de empregos assalariados regulamentados diminuem e aumentam as possibilidades de inserções em posições mais precárias, normalmente no setor terciário da economia. o emprego com registro em carteira, dantes tão comum na indústria, fica agora, geralmente substituído por ocupações autônomas ou temporárias caracterizadas por maior instabilidade (CARDOSO, COMIN e GUIMARÃES, 2001). Como enfatizado por Fernandes (2022),

apesar de sempre ter havido trabalho precário no capitalismo, a precariedade se “metamorfoseou”, pois passou a ter um lugar estratégico na lógica de dominação capitalista. Deixou de ser algo periférico ou residual, para se institucionalizar em todo

o mundo. A precarização, assim, deve ser entendida como algo inserido em um contexto liberalizante que busca, dentre outras coisas, transferir responsabilidades, antes do empregador, ao trabalhador. (FERNANDES, 2022, p. 2)

Ainda com relação ao Brasil, segundo Fernandes (2022), citando Alves (2022), a experiência da precarização do trabalho advém da síndrome objetiva da insegurança de classe (insegurança de emprego, de representação, de contrato), que emerge como num contexto histórico específico – o neoliberalismo. Ele é elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do Estado neoliberal. Em prosseguimento a este raciocínio, essa experiência da precarização,

possui, como base objetiva, a intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho e o desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; além, é claro, da fragmentação social nas cidades, em virtude do crescimento exacerbado do desemprego total e a deriva pessoal no tocante a perspectivas de carreira e de trabalho devido à ampliação de um precário mercado de trabalho. (FERNANDES, 2022, p.2)

Nesse mesmo sentido, vale destacar o papel da terceirização, como salientado por Teixeira e Biavashi (2015, p. 38), para quem a “a terceirização é uma forma de contratar a mão de obra com potencial altamente precarizador das relações de trabalho, acirrando desigualdades e fragmentando a organização dos trabalhadores”.

De forma geral, podemos dizer que a precarização do trabalho ocorre e é causada, essencialmente, em razão da divergência de interesses de classes sociais. Em razão dessas divergências, podemos lembrar que até mesmo na elaboração das normas, no âmbito jurídico, há discrepância de forma velada ou mesmo nítida, da proteção dos interesses dominantes que nelas se revelam. Entretanto, em matéria trabalhista, houve de certa forma avanços e até mesmo avanços aconteceram em prol das condições de trabalho, de direitos e garantias trabalhistas, porém não se pode esquecer que se aconteceram avanços em alguns aspectos, por certo, também com relação a outros, muitos retrocessos ocorreram ou mesmo ameaçam acontecer.

### **2.2.2 O papel dos serviços na precarização do trabalho**

A flexibilização total do mercado de trabalho é um dos pontos mais relevantes para compreender-se o capitalismo contemporâneo, advinda de relações de trabalho cada vez menos regulamentadas e dos capitais cada vez mais informático e financeirizados, sendo estes últimos o que Antunes (2018) entende como precursores da engenhosa forma de “escravização digital”.

Nessa modalidade, a lógica dos “contratos” não é mais pensada em horas, mas sim na flexibilidade, ou seja, trabalhadores das mais diversas áreas ficam à disposição esperando uma demanda. “Quando a recebem, ganham estritamente pelo que fizeram, nada recebendo pelo tempo que ficaram à disposição”. (ANTUNES, 2018, p. 45-46) Essa dinâmica engloba um leque enorme de trabalhadores, sobretudo prestadores de serviço, como por exemplo: médicos, enfermeiros, motoristas, eletricitas, advogados, profissionais da limpeza, concertos etc.

Para Antunes (2018), essa disponibilidade perpétua para o trabalho, facilitada ainda mais pelo mundo digital (trabalho remoto e dos aplicativos) é um fator grave da modernidade que gera uma precariedade total, sobretudo aos “proletários dos serviços”. O autor defende que “se essa lógica não for radicalmente confrontada e obstada, os novos proletários dos serviços se encontrarão entre uma realidade triste e outra trágica: oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão”. (ANTUNES, 2018, p. 45)

Parafraseando Antunes (2018), a empresa “moderna” exige o trabalho na sua forma mais flexível possível, isto é, sem jornadas definidas, sem espaço definido, remuneração variável e sem direitos. Em contrapartida, o sistema de “metas” deve ser exponencialmente maior a cada dia, sempre visando o lucro desenfreado. O vocabulário inovador para representar esses tipos de trabalho, como freelancers, é somente um eufemismo ao sentido do trabalho precarizador e desprovido de qualquer regulamentação em que os prestadores de serviço estão sujeitos.

É, portanto, dessa forma que o capitalismo moderno, digital e informacional vem desenvolvendo sua nova forma de dominação, com raízes no modelo de acumulação flexível toyotista, cuja base se constitui na tríade: terceirização, informalidade e flexibilidade.

### **2.2.3 O exército de reserva no contexto da precarização**

Em termos de dignidade, não há nada mais degradante dentro do mercado de trabalho do que o não-trabalho, dado pela inexistência da fonte de remuneração e de sustento. O exército de reserva propriamente dito seria, então, a precarização do trabalho em sua matéria mais bruta.

Nesse sentido, é importante entender como, dentro da sociedade capitalista, tem-se uma inexorabilidade da formação de um exército industrial de reserva, pelo próprio processo de acumulação capitalista. A concorrência entre as empresas, tentando aumentar as suas taxas de lucro, gera uma pressão que fomenta a incorporação de cada vez mais tecnologia, que expulsa mão de obra e dificulta a inserção no mercado de trabalho. Pensando no sistema como um todo, se, no processo de acumulação, a produção continuasse apenas introduzindo mais trabalhadores

e, assim, aumentando cada vez mais os salários, teria também um problema de acumulação, dado que, aumentando cada vez mais os salários, reduziria a taxa de lucro e obrigaria a expulsão de trabalhadores para a recuperar. Portanto, a inexorabilidade do exército de reserva mostra-se inevitável no capitalismo e atua em todos os momentos como balizadora do mercado de trabalho.

A constituição desse exército de reserva no Brasil não é algo fixo, ou seja, ele não é sempre constituído da mesma forma ao longo da história, apesar de ter características e amarras estruturais dadas pela história do país, conforme ilustrado no capítulo 1. Cada período possui formas históricas da constituição dessa parte da população que não consegue se inserir propriamente nos mercados de trabalho e há sempre mecanismos específicos de expulsão e de inserção de parte da população.

Para Colombini (2019), no capitalismo atual há uma forma específica de constituição desse exército de reserva, que ele denomina de “nova morfologia do trabalho”. O ponto de partida é a virada neoliberal a partir dos anos 80, bem como a financeirização e a reestruturação produtiva com as cadeias globais de valor, que juntas trouxeram uma série de desarticulações da regulação do trabalho formal e do Estado de bem-estar social, além de gerar uma tendência global de mercantilização dos serviços.

A partir desse desmonte que vai acontecendo com as formas de regulação do trabalho, vai sendo reestruturado, tanto no ponto de vista das empresas e dos Estados, quanto dos trabalhadores, um processo de financeirização, que vai substituir o próprio padrão da estabilidade dos salários e dos sindicatos. A expansão do crédito, portanto, seria a principal forma de substituição dessa estabilidade e servirá como balizadora das novas formas de trabalho, para manter o consumo das famílias e a demanda agregada. Acompanhando esse processo de transformação global, a introdução das novas tecnologias produtivas e informacionais foi responsável por uma transformação radical do setor de serviços, deixando de lado a ideia de ser um setor improdutivo e passando a ocupar um papel importante da geração de valor e das cadeias de acumulação.

Com todo esse contexto, há, então, uma constituição de um novo proletariado que vai sofrer uma subjetivação do controle e da competição, com a ideia de ser ‘empresário de si mesmo’. O trabalho, portanto, passa a ter uma aparência de ativo, em que o trabalhador se enxerga como empresário competidor, com “auto-capacitação” e “auto-gerenciamento”. Dessa forma, há uma tendência bem vantajosa às empresas de repassar os custos (transporte, saúde, segurança etc) para os trabalhadores, proporcionada pela passividade e, de certa forma, alienação dos trabalhadores, preocupados agora com a extrema concorrência que passa a ser

característica primordial do trabalho nessa nova sociedade de serviços. É, portanto, dentro desse contexto, que se evidencia a série de flexibilizações das relações de trabalho que constitui a nova morfologia do trabalho propriamente dita. Grandes exemplos são as plataformas digitais, com contratos ‘uberizados’, ‘zerados’, ‘flexíveis’, ‘pejotizados’, com remuneração apenas nas horas trabalhadas, fomentando a competição entre os trabalhadores. Ademais, a experiência brasileira a partir dos anos 2000 confirma essa tendência flexibilizadora do capitalismo contemporâneo, com destaque para a generalização da terceirização como recurso estratégico das empresas para redução de custos com a força de trabalho, responsável pelo achatamento das ocupações e dos rendimentos cada vez mais na base da pirâmide social.

A partir da nova formação do trabalho, Colombini (2019) busca, então, entender como o exército de reserva vai se posicionar dentro dessa nova configuração. Antes ficava mais claro o seu posicionamento, tendo em vista que, por um lado, tinha-se o trabalhador estruturado e regulado pela relação Estado-Sindicato e, por outro, trabalhadores expulsos e segregados do mercado de trabalho, sendo estes últimos constituindo o exército de reserva. Com as novas formas de trabalho, contudo, passa-se a ter uma relação muito mais fluída, em que os próprios setores da população que estavam sendo expulsos do mercado de trabalho são reinseridos, só que como exércitos de reserva internalizados no próprio trabalho ativo. Nesse sentido, as plataformas digitais são os grandes exemplos desse processo, uma vez que em um momento  $t_0$  o trabalhador está inserido ativamente no mercado, mas em um momento  $t_1$  ele pode estar desempregado.

Esse caráter híbrido do exército de reserva, contudo, não pode ficar restrito apenas as novas formas digitais. As novas formas de contratos de trabalho, principalmente do setor de serviços, buscam justamente atender essa maior flexibilidade. Contratos intermitentes, temporários, ‘zero horas’ são cada vez mais comuns, assim como cada vez mais permitidos dentro das novas reformas trabalhistas. Essa insegurança e incerteza acerca do não-trabalho e do trabalho ativo, muito propício para as novas formas de trabalhos do setor de serviços, é o que forma a lógica do novo exército de reserva, com grande volatilidade empregatícia e com enorme aumento da competição entre os trabalhadores.

Em suma, com a nova configuração do mercado de trabalho e as novas formas de emprego, a pressão imposta pelo exército de reserva passa a ser constituído organicamente no trabalho, ou seja, não se dá mais apenas pela segregação dos trabalhadores não-inseridos. Portanto, a pressão do não-trabalho é encontrada dentro do trabalho ativo, via insegurança, instabilidade e competitividade nas atuais relações laborais.

### **2.3 Disposições Finais**

O presente capítulo buscou analisar o setor terciário da economia com base na sua associação com o relevante tema acerca da precarização do mercado de trabalho brasileiro. Dessa forma, o processo de desindustrialização no Brasil, defendido por diversos economistas como nocivo à economia brasileira, mostrou-se ser um elemento importante para explicar a transição da incompleta sociedade industrial e urbana para a antecipada sociedade de serviços no Brasil. Nas palavras de Porchmann (2019, p. 94), “a antecipação da passagem para a sociedade de serviços decorre mais do inchamento do setor terciário da economia em virtude do vácuo deixado pela precoce desindustrialização”. A generalização da precarização nas ocupações, a ampliação da subutilização da força de trabalho e a nova forma de constituição do exército de reserva vêm, então, como resultado desse processo. Verifica-se, portanto, que o capitalismo contemporâneo no Brasil, apesar de permanecer com profundas amarras históricas já discutidas no capítulo 1, trouxe transformações substanciais no funcionamento do mercado de trabalho para um sentido ainda mais precarizador.



### **3. TENDÊNCIAS ESTRUTURAIS DA SOCIEDADE DE SERVIÇOS BRASILEIRA**

O funcionamento do mercado de trabalho no Brasil pode ser dividido em duas trajetórias distintas. A primeira diz respeito a diminuição relativa da população ocupada no setor primário desde 1870, bem como ao respectivo aumento dos postos de trabalho nos setores secundário e terciário entre 1972 e 1980. Já a segunda trajetória caracteriza-se pela diminuição relativa da população ocupada no setor secundário a partir de 1980 em simultânea queda absoluta e relativa dos postos no setor primário e elevação relativa e absoluta das ocupações no setor de serviços. Dessa forma, percebe-se que nos dias atuais a participação relativa do setor terciário da economia brasileira na população ocupada se assemelha com a do setor primário em períodos que a escravidão ainda era predominante no Brasil.

Neste capítulo, serão analisados os dados comparativos entre os setores da economia brasileira, no que se diz respeito a população ocupada e sua participação relativa. O objetivo é analisar as mais recentes tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil, identificando através da abertura dos setores da economia quais foram as principais movimentações em termos de população ocupada dentro dos ramos setoriais. A finalidade dessa caracterização quantitativa é poder aprofundar o debate feito ao longo desse estudo, ou seja, em mostrar como as mudanças recentes no mercado de trabalho trazem alterações dentro de um quadro mais amplo de continuidades do capitalismo brasileiro.

#### **3.1 A multitude do setor de serviços**

Nos dias atuais, mais de 70% da população ocupada brasileira total encontra-se no Setor Terciário. O decréscimo relativo nas ocupações agrárias e industriais em simultânea expansão dos postos de trabalho no setor de serviços, entre 2005 e 2022, são fortes evidências do inchamento do setor de serviços do século XXI. Podemos associar tal fato com o vácuo deixado pela precoce desindustrialização, responsável por antecipar a passagem para a Sociedade de Serviços.

**Tabela 1:** Evolução da população ocupada - Dados Agregados

| Macrosetores                | Participação setorial (%) |       |
|-----------------------------|---------------------------|-------|
|                             | População Ocupada         |       |
|                             | 2005                      | 2022  |
| <b>Agropecuária - total</b> | 16,98                     | 9,23  |
| <b>Indústria - total</b>    | 22,35                     | 20,50 |
| <b>Serviços - total</b>     | 60,66                     | 70,27 |

Fonte: Elaboração própria com base em Romano (2022). Mimeo

A tabela 1 mostra que, no setor primário, de uma participação relativa de 16,98% em 2005 a população ocupada passou para 9,23% em 2022. Já no setor secundário o percentual de participação foi de 22,35% em 2005 para 20,50% em 2022. O setor de serviços, entretanto, passou de 60,66% em 2005 para 70,27% em 2022, um aumento significativo em termos absolutos de quase 10%, advindo, sobretudo, do setor primário da economia brasileira.

**Tabela 2:** Evolução da população ocupada - Por setores

| Setores  | Participação setorial (%) |              |
|--|---------------------------|--------------|
|  | População Ocupada         |              |
|  | 2005                      | 2022         |
| <b>Agropecuária - total</b>                                | <b>16,98</b>              | <b>9,23</b>  |
| Indústrias extrativas                                      | 0,39                      | 0,48         |
| Indústria de transformação                                 | 14,60                     | 11,67        |
| Construção   | 7,29                      | 7,57         |
| Eletricidade e Gás, água...                                | 0,44                      | 0,79         |
| <b>Indústria</b>   | <b>22,35</b>              | <b>20,50</b> |
| Comércio   | 18,07                     | 19,25        |
| Transporte   | 4,34                      | 5,22         |
| Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados | 1,26                      | 1,51         |
| Informação e comunicação                                   | 0,86                      | 1,72         |
| Atividades imobiliárias                                    | 0,49                      | 0,63         |
| Administração, saúde e educação públicas                   | 19,96                     | 17,17        |
| Outros atividades de serviços                              | 15,31                     | 24,76        |
| <b>Serviços</b>  | <b>60,66</b>              | <b>70,27</b> |

Fonte: Elaboração própria com base em Romano (2022). Mimeo

A tabela 2, por meio da abertura dos setores, nos permite identificar quais foram os segmentos dentro dos setores que mais cresceram em termos de população ocupada relativa. Em relação ao Setor Terciário, que é o foco do trabalho, verifica-se que o único segmento que diminuiu foi o ‘Administração, Saúde e Educação Públicas’, que passou de 19,96% da população ocupada para 17,17%. Tal ramo, historicamente, é um dos mais importantes para o desenvolvimento de um país, sobretudo a Educação, e, no Brasil, a desvalorização para com os profissionais que se dedicam a essa área são cada vez maiores.

O ‘Comércio’ teve um ganho de 1,18% na população ocupada entre 2005 e 2022, segmento que engloba um alto índice de trabalho intermitente no Brasil. Já ‘Transporte’, ‘Atividades Financeiras, de seguros e serviços relacionados’, ‘Informação e Comunicação’, e ‘Atividades Mobiliárias’ aumentaram, respectivamente, 0,88%, 0,25%, 0,86%, e 0,14% entre 2005 e 2022.

De acordo com o IBGE o segmento ‘Outras atividades de serviços’ engloba um gama ampla de atividades, como: serviços de alojamento em hotéis e similares; serviços de alimentação; serviços profissionais, científicos e técnicos; pesquisa e desenvolvimento mercantil; aluguéis não imobiliários; outros serviços administrativos; educação mercantil; saúde mercantil; serviços de artes, cultura, esportes e recreação e serviços pessoais; serviços associativos; manutenção de computadores, telefones e objetos domésticos; e serviços domésticos. Foram justamente essas atividades que mais cresceram em termos de população ocupada entre 2005 e 2022, passando de 15,31% da população ocupada relativa para 24,76%, um aumento de quase 10 pontos percentuais. Verifica-se que muitas dessas ocupações são de trabalho ‘autônomo’, sob demanda e, portanto, altamente voláteis, que convergem para o conceito da mão-de-obra infinitamente disponível, que compõe o ‘proletariado de serviços’ brasileiro.

Fica evidente, portanto, que grande parte desses serviços prestados convergem justamente com as novas formas de trabalho do capitalismo contemporâneo brasileiro, discutidas no capítulo 2. São postos de trabalho precarizados e muitos deles informais que capturam o exército de reserva mais híbrido, impactado diretamente pela insegurança e instabilidade próprias desses postos de serviços.

### 3.2 O setor de serviço e o ‘novo trabalho precarizado’ no Brasil

Na seção anterior fica explícito como há um grande predomínio no mercado de trabalho brasileiro das atividades de serviço passíveis de maior volatilidade. Não ao acaso, tais atividades estão mais sujeitas a serem ocupações precárias e informais, que revelam a profunda deterioração das relações de trabalho e do mercado laboral como um todo.

As transformações deste século no capitalismo brasileiro fizeram emergir uma Sociedade de Serviços que pouco contribuiu para o desenvolvimento do país. Pelo contrário, resultou no inchamento do setor terciário da economia brasileira com a formação de um exército de reserva agora posicionado em postos de trabalho altamente precários e instáveis. As novas tecnologias digitais, juntamente com as novas modalidades de emprego e de ‘espírito empresarial’ do trabalhador, atingem diretamente essas ocupações de serviços que mais cresceram na última década.

A seção anterior mostra que o segmento de setor de serviços que mais se ampliou engloba um gama enorme de ocupações, sobretudo de trabalho intermitente. O trabalho intermitente é uma das novas modalidades de emprego, agora prevista em lei pela Reforma Trabalhista de 2017, cuja precarização está explícita em sua própria redação:

Art. 443 § 3º Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, o contrato de trabalho intermitente é uma nova modalidade de contratação em que o trabalhador só recebe se trabalhar e não tem direito aos adicionais ou benefícios que os contratados convencionais têm, como férias, 13º salário, FGTS, entre outros. Fica evidente, portanto, que essa modalidade de trabalho evidencia o próprio posicionamento do exército de reserva híbrido discutido no capítulo 2 deste trabalho.

As atividades do setor terciário que mais cresceram com a nova configuração do mercado de trabalho e as novas formas de emprego foram as que responderam melhor às exigências do processo produtivo e do avanço tecnológico do capitalismo contemporâneo. Exigências estas que definiram uma pressão imposta ao exército de reserva, que passa agora a ser constituído organicamente no trabalho, via insegurança, instabilidade e competitividade.

A generalização da precarização nas ocupações, a ampliação da subutilização da força de trabalho e a nova forma de constituição do exército de reserva são, então, confirmadas pelo

resultado da análise de dados da seção anterior, uma vez que houve uma ampliação do Setor Terciário da economia em segmentos historicamente mais precários. Os setores de serviços de comércio, que já ocupam quase 20% da mão de obra brasileira, possuem uma enorme volatilidade, sendo uma das principais ocupações incorporadas pelas modalidades intermitentes e temporário. Esses trabalhadores, muitas vezes, possuem vários empregos ao mesmo tempo, realizando jornadas duplas e até triplas nos finais de semana<sup>1</sup>. A alta rotatividade dessas funções os obriga a estarem sempre a procura de um novo trabalho, mesmo que já estejam em atividade. Fica claro, nesses casos como essa pressão do não trabalho, exercida pelo exército de reserva, se materializa nessas ocupações, que mesmo empregados são impelidos constantemente a encontrarem nos empregos.

Os setores de serviços de transporte, assim como várias outras ocupações pessoas e de pequenas tarefas de ‘escritório’, passaram a ser desenvolvidas através das plataformas digitais, representando a essência desse processo recente de precarização e dessas formas híbridas de exército de reserva. Antes inexistente, atualmente os trabalhadores por plataformas já representam cerca de 1,5 pessoas no Brasil nas mais diferentes atividades (Machado e Zanoni, 2022). Devido a existência de um grande exército de reserva estrutural na economia brasileira, diferente do que ocorre em outros países, os trabalhos por plataforma não se constituem como um complemento de renda, mas como a atividade principal dos trabalhadores (Abílio, 2019). Tendo como atividade fim as atividades realizadas pelas plataformas digitais, os trabalhadores passam a se constituir ao mesmo tempo como ativos e como reserva a procura de um novo trabalho, que pode aparecer ou não no aplicativo.

Nesse sentido, fica evidente que não houve nas últimas décadas uma mudança estrutural no capitalismo brasileiro, o que define um grande paradoxo: tiveram grandes mudanças e um grande crescimento das atividades do Setor Terciário e da sua participação relativa em termos de população ocupada, mas que não foram acompanhadas por um novo patamar produtivo e de desenvolvimento.

A inclusão, portanto, do enorme exército de reserva no mercado de trabalho não significou uma ruptura no capitalismo desigual brasileiro, mas sim a inserção do país nessas formas de trabalho mais híbridas, em que a própria pressão do não trabalho está condicionada ao trabalhador ativo. Não por acaso, essa enorme massa de trabalhadores está alojada em atividades de maior volatilidade, com menor remuneração e acabam por aceitar as condições das novas formas de contrato, intermitentes, temporários, 'zero hora', por plataforma etc.

---

<sup>1</sup> Não apenas nas atividades de comércio, mas também nas várias múltiplas atividades representadas pelas “outras atividades de serviços” na seção anterior, é evidente esse processo, o qual passa englobar grande parte da mão de obra brasileira.

É, portanto, dessa forma que o capitalismo moderno, digital e informacional no Brasil vem desenvolvendo sua nova forma de dominação. O inchaço do setor de serviços é justamente resultado desse processo, com manutenção dos empregos de grande volatilidade e vulnerabilidade, típica do capitalismo brasileiro com alto grau de pressão do exército de reserva, agora imposto em novas formas.

### **3.3 Disposições finais**

Os dados analisados no presente capítulo convergiram para as ideias defendidas durante os dois primeiros capítulos deste trabalho, pois verifica-se que, durante as duas primeiras décadas do século XXI, houve uma ampliação da participação relativa da população ocupada no setor terciário da economia brasileira, não acompanhada, entretanto, pelo desenvolvimento econômico neste mesmo setor. Em suma, o inchamento do setor terciário deu-se de forma desgovernada, ao passo que o setor primário se reduzia em termos de população ocupada relativa, e tal desestrutura direcionou grande parte da população para postos de trabalho com alta volatilidade e instabilidade. São nestes que identificamos a formação do novo exército de reserva híbrido, proporcionado pelos postos de trabalho altamente precarizados e instáveis do capitalismo contemporâneo brasileiro.

## CONCLUSÃO

Lançando-se um olhar sobre a sociedade brasileira e o mundo em geral, percebe-se nitidamente que há em curso um processo de dominação no qual a característica principal é a ditadura do capital. Esta se traduz em um sistema cruel onde os interesses dos mais fortes subjagam e expõem a sobrevivência dos mais fracos. Não se vê interesses políticos, tampouco políticas públicas direcionadas para resolver os diversos problemas que envolvem o pobre, como o desemprego e tantos outros. Desta forma, o mundo do trabalho está diretamente inserido neste processo.

A situação de hoje advém de uma herança que tem perpassado ao longo da história do Brasil, haja vista que sempre o pobre brasileiro sucumbiu com as mazelas dos dominadores. Desde a escravidão no passado colonial, passando pelo trabalho livre, as condições de vida do povo subalterno sempre foi a da miséria e opressão. Assim sendo, o capitalismo encontrou um terreno fértil no Brasil, onde se desenvolveu, se tornou o terrível neoliberalismo e hoje já reina na nova modalidade do arbítrio e dominação do capital financeiro, o qual exige cada vez mais a imposição de sua lógica, que consiste na pretensão do máximo e seguro retorno.

Neste contexto, profundas e significativas mudanças relacionadas com o mundo do trabalho foram percebidas nos tempos modernos para o caso brasileiro. Dentre essas mudanças estão os impactos das novas tecnologias que afetam os empregos, os postos de trabalho, as profissões, os processos de trabalho, as atividades laborais, a formação profissional, as demandas e requisitos ocupacionais entre inúmeros outros aspectos. A competição e a concorrência ampliada pressionam pela redução do custo do trabalho.

Chegou-se a esta conclusão através dos estudos realizados para elaboração desta Monografia. Para desenvolvê-la seguiu-se a temática escolhida, qual seja:- Evolução da composição ocupacional no Brasil durante as primeiras décadas do século XXI.

O Objeto de Estudo consistiu em referência à mão de obra brasileira e suas especificidades. Quanto ao Objetivo Geral, buscou-se analisar a evolução da mão de obra no Brasil durante as primeiras décadas do século XXI. Com relação aos Objetivos Específicos, estes trataram de identificar as tendências estruturais do mercado de trabalho brasileiro, assim como, verificou-se a evolução da composição ocupacional brasileira foi no sentido de precarização das condições de trabalho no Brasil.

Para o desenvolvimento desta temática, problematizou-se a questão procurando se situar no contexto das diversas transformações porque passou o mundo do trabalho no Brasil, com a recente transição para a Sociedade de Serviços, para então se responder a relevante pergunta

que consistiu em saber se: as mudanças de composição ocupacional no Brasil durante as duas primeiras décadas do século XXI foram no sentido de precarização do trabalho?

A hipótese foi confirmada porque, se viu que ao longo da história do trabalho e na atual conjuntura, o trabalho, assim como as relações de trabalho vêm, de fato, sofrendo mudanças significativas decorrentes, em grande parte, de transformações que, afetam a economia e o modo da produção, sejam elas nas esferas tecnológicas, organizacionais, estruturais e conjunturais.

A transição para a ‘Sociedade de Serviços’, se fez em decorrência do sistema neoliberal, com o contexto de globalização e a precoce desindustrialização brasileira, que, simultaneamente, foram responsáveis pela migração desgovernada e incompleta para o setor terciário da economia. Logo, tendo como base o fato recente da elevação da participação relativa da população ocupada no setor terciário e da especialização para setores de mais baixa produtividade, verificou-se que, realmente, houve uma precarização, nas duas primeiras décadas do século XXI, não só do trabalho, mas das próprias condições sociais no Brasil.



## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila. **Uberização**: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, vol. 18, n. 3, 2019.

ANDRADE, Luana Mello. **O Capitalismo Brasileiro Incompleto**: Uma Análise de Economia Política a partir do Processo de Industrialização. Monografia (Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O Mercado do Trabalho: Uma Perspectiva de Longa Duração. *Estud. av.* v. 30, n. 87, May-Aug, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870002>. Acesso em 10 mar 2022.

BRASIL. Lei nº 13 429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial da União**: de 31/03/2017, p.1 Edição Extra, 2017.

CANO, Wilson et al. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**. v. 21. p. 831-851. Campinas, 2012.

CARDOSO, Adalberto. **Escravidão e Sociabilidade**: Um ensaio sobre inércia social. CEBRAP, 2008.

COLOMBINI, Iderley. Form and essence of precarization by work: from alienation to the industrial reserve army at the turn of the twenty-first century. **Sage Journal Pub.** v. 52, n. 3, p. 409-426, dec. 2019.

FERNANDES, Danielle Cireno. **Precarização do Trabalho**. Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2022.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2008.

GERSCHENKRON, A. **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2015.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As Classes Perigosas**: Banditismo Rural e Urbano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre. **O trabalho controlado por plataformas digitais**: dimensões, perfis e direitos. UFPR, Curitiba, 2022.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PALMA, José Gabriel. Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa. In: **Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento organizada pela FIESP e IEDI**. 2005.

POCHMANN, Márcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. Marcio Pochmann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

POCHMANN, Márcio. Tendências Estruturais do Mundo do Trabalho no Brasil. **Ciência e Saúde Coletivas**. v. 25, n. 1, p. 89-99, 2019.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

ROMANO, Kauê. **Panorama da produtividade do trabalho brasileira no período entre 2005 e 2022**, mimeo. 2022.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Trad. Octavio Alves Velho e Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira e BIAVASHI, Magda Barros. A Terceirização e seu Dinâmico Processo de Regulamentação no Brasil: Limites e Possibilidades. **Revista da ABET**, v. 14, n. 1, jan-jun 2015.

TREGENNA, Fiona. **Characterizing deindustrialization: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally**. Cambridge: Oxford University Press, 2008.